

# Diário do Legislativo de 27/11/2001

## MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Antônio Júlio - PMDB

1º-Vice-Presidente: Alberto Pinto Coelho - PPB

2º-Vice-Presidente: Ivo José - PT

3º-Vice-Presidente: Olinto Godinho - PTB

1º-Secretário: Mauri Torres - PSDB

2º-Secretário: Wanderley Ávila - PPS

3º-Secretário: Álvaro Antônio - PDT

## SUMÁRIO

### 1 - ATAS

1.1 - Evento Realizado na 309ª Reunião Ordinária - Homenagem a UNA - Centro Universitário de Ciências Gerenciais

1.2 - 202ª Reunião Extraordinária

### 2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

### 3 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Comissão

### 4 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

## ATAS

### ATA DO EVENTO REALIZADO NA 309ª REUNIÃO ORDINÁRIA, EM 22/11/2001

Presidência do Deputado Wanderley Ávila

Sumário: Composição da Mesa - Destinação da interrupção dos trabalhos ordinários - Execução do Hino Nacional - Palavras do Sr. Presidente - Palavras do Deputado Alberto Pinto Coelho - Palavras do Sr. Honório Tomelin - Entrega de placa e de livro.

#### Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomar assento à mesa os Exmos. Srs. Antônio David de Souza Júnior, Secretário Municipal de Educação, representando o Prefeito de Belo Horizonte em exercício, Fernando Pimentel; Honório Tomelin, Diretor Executivo e fundador da UNA; Murilo Badaró, Presidente do BDMG e da Academia Mineira de Letras; Aloísio Garcia, Presidente da UNA; Álvaro José Cunha, Reitor da UNA; José Gama Dias, Pró-Reitor de Administração e Finanças da UEMG, representando José Antônio dos Reis, Reitor em exercício; Francisco Andrade do Carmo, Diretor-Tesoureiro da UNA; e o Deputado Alberto Pinto Coelho, 1º-Vice-Presidente da Assembléia Legislativa, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

#### Destinação da Interrupção dos Trabalhos Ordinários

O Sr. Presidente - Destina-se esta parte da reunião a homenagear a UNA - Centro Universitário de Ciências Gerenciais, pelo seu 40º aniversário de fundação.

#### Execução do Hino Nacional

O Sr. Presidente - A Presidência convida os presentes a ouvir o Hino Nacional, que será executado pelo saxofonista Vítório Aniceto.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

#### Palavras do Sr. Presidente

O Poder Legislativo de Minas Gerais homenageia hoje, nesta feliz iniciativa do Vice-Presidente desta Casa, meu dileto amigo Deputado Alberto

Pinto Coelho, um ideal e um sonho que se concretizaram como uma obra educativa de excepcional grandeza.

A trajetória da UNA, nesta história vitoriosa de seus 40 anos, é um exemplo edificante para todos nós. Mostra como o pensamento pode ser transformado em realizações fecundas, quando é comandado pela determinação de homens que sabem vislumbrar e construir o território do futuro.

Ainda Prefeito de Pará de Minas, antes mesmo de meu exercício parlamentar nesta Casa, já respeitava e admirava o trabalho precursor de Honório Tomelin, agente e símbolo maior deste grandioso projeto educacional.

Hoje, atravessando fronteiras, a UNA desfruta de pleno reconhecimento internacional, como primeira instituição de ensino superior da América Latina a obter o certificado ISO 9002, o mais legítimo diploma de qualidade hoje existente no mundo.

Nessa travessia do tempo, entre o ano de 1961 e este limiar de novo século e milênio, o projeto UNA sempre conservou a marca do pioneirismo, enfrentando resistências e obstáculos de toda ordem.

Mas o espírito criador de Honório Tomelin soube compartilhar esses desafios com outras personalidades brilhantes. Para simbolizar os inúmeros grandes colaboradores da UNA, cito o nome eminente de Carlos Mário da Silva Veloso, inteligência e cultura consagradas no Supremo Tribunal Federal.

Outro nome expressivo que continua presente na trajetória da UNA é o de Aloísio Teixeira Garcia, Presidente do Conselho-Diretor da instituição. Deputado constituinte nesta Assembléia Legislativa, Aloísio Garcia ostenta uma carreira pública das mais profícuas, além de ser um nome dos mais representativos da cultura e da livre iniciativa no nosso País.

Diante dessas personalidades, que representam tantos outros colaboradores que inscreveram e continuam aplicando seu talento e seu trabalho nesses 40 anos da UNA, seja no exercício do magistério ou no planejamento estratégico da universidade, o futuro abre generosamente suas portas.

Por isso, a melhor tradução para o sucesso dessa iniciativa que mudou conceitos e inovou o ensino particular de nível superior em Minas Gerais é a soma de inteligência e trabalho - trabalho inteligente.

Dizem que o gênio é formado por 1% de inspiração e 99% de transpiração. Ora, essa fórmula ajusta-se com precisão à história da UNA, na pessoa de seu Diretor Executivo, Honório Tomelin.

Pensamos que, para ele, não poderia haver homenagem maior que a própria história que vem escrevendo ao longo de uma vida intensamente vivida. Uma vida destinada a alcançar, desde a infância, o primeiro lugar.

Mas esse primeiro lugar, ao invés de usufruí-lo em benefício próprio, o Prof. Honório Tomelin - seu verdadeiro título e sua autêntica vocação - o tem dedicado ao interesse público, a uma obra que beneficia milhares de pessoas. Uma iniciativa educacional que vem modificando destinos e iluminando as gerações de alunos formados nas faculdades da UNA - no Centro Universitário de Ciências Gerenciais.

Nestas quatro décadas, a UNA tornou-se um patrimônio público de fato e de direito, servindo a Minas Gerais e ao Brasil, com abertura para o mundo.

Em nome do Poder Legislativo, esta Presidência pode e quer repetir - pelo mérito - o lema que traduz estes 40 anos da Universidade de Negócios e Administração: "o que é bom dura muito". Que essa duração se prolongue e continue a dar excelentes frutos pelo tempo afora, são os nossos votos!

#### Palavras do Deputado Alberto Pinto Coelho

Exmo. Sr. Deputado Wanderley Ávila, Exmo. Sr. Secretário Antônio David de Souza Júnior, meu caríssimo Prof. Honório Tomelin; Exmo. Sr. Presidente do BDMG e da AML, ex-Senador Murilo Badaró, cuja presença honra muito as fileiras e a Executiva do PPB; Exmo. Sr. Aloísio Garcia, ex-parlamentar que muito dignificou esta Casa Legislativa; Exmo. Sr. Prof. Álvaro José Cunha, Exmo. Sr. Prof. José Gama Dias, Exmo. Sr. Francisco Andrade do Carmo, meus nobres Deputados, caras Deputadas, imprensa, demais autoridades, minhas senhoras e meus senhores, alunos e ex-alunos da UNA, no ano de 1974, quando a nascente União de Negócios e Administração vivia ainda a sua adolescência institucional, mas já antecipando seu grande futuro, alguém escreveu as seguintes palavras: "As instituições erguidas pelos homens estendem sua vida além dos homens que as criaram ou a elas se dedicaram". Esta declaração de princípios trazia a assinatura do Prof. Honório Tomelin, em discurso de saudação à congregação da faculdade, que comemorava naquele ano seu 13º aniversário.

Também firmava essa declaração o então Vice-Diretor da faculdade, ninguém menos que o Prof. Carlos Mário da Silva Velloso, este notável e ilustre filho de Entre-Rios de Minas, ex-Presidente e Ministro do STF, uma das mais preclaras inteligências jurídicas do Brasil contemporâneo.

Buscamos recuperar essa declaração de princípios da UNA porque contém valores permanentes não apenas para a vida das instituições: valem para a existência de todas as grandes criações humanas.

A consciência de que somos servidores transitórios de obras permanentes - como ensinou o Presidente João Pinheiro, na lição ali também presente - constitui, sem dúvida, um dos segredos das obras que vencem e superam o calendário das horas, dos meses e dos anos.

Quarenta anos é uma marca de excelência no tempo. E a vida, generosa, permite aos autores daquela declaração presenciarem hoje a consolidação e permanente expansão daquele marco fundador de 1961.

Sob a perspectiva do ano de 2001, aquele marco inaugural da UNA parece ter realizado verdadeira alquimia: antes mesmo que seus criadores pudessem imaginar, a instituição que fundaram alcançou a dimensão da permanência, com a viva presença dos autores e de sua obra.

Vamos também buscar, no pensamento precursor de Honório Tomelin, as raízes dessa notável realização humana, educativa e empresarial. Vamos reverenciar, em seu berço natal, as figuras tutelares do casal Augusto Tomelin e Lina Prestini Tomelin, na antiga Vila Chartres, de Santa Catarina.

Vamos retomar a formação do menino Honório - terceiro filho da família de 13 irmãos -, aprendendo com seus pais, nas glebas do condomínio Dona Francisca, em Santa Catarina, que, plantando e cuidando da terra, os frutos brotavam da mãe natureza.

Como nos relata o escritor e jornalista Henrique Leal, na rica história de vida contida em seu livro "Uma Casa em La Mancha", o menino Honório, que teve que aprender português já nas salas de aula do grupo escolar e que só calçava sapatos nos dias de festa, logo se distinguiria como se uma centelha luminosa guiasse seus passos. Essa mesma centelha transportaria o menino de 10 anos da sua terra natal para o internato do Colégio Champagnat em Curitiba, sob os cuidados dos irmãos maristas. Pôde ali, ainda na clausura do internato, abrir seus olhos para a primeira grande janela do mundo. A inata vocação do saber deu-lhe acesso à biblioteca dos irmãos superiores, onde livros que ainda permaneciam no "Index", como as obras de Voltaire, podiam ser lidos no original francês.

E o adolescente, seguindo a luz da centelha que continuava a guiar-lhe os passos, prosseguindo a carreira religiosa, chegaria à cidade de Mendes, no Rio de Janeiro. Experimentou, então, os rigores da disciplina e o uso da gravata o dia inteiro.

Chega o ano decisivo de 1954: entre a batina e a vida civil. Aquela centelha apontou-lhe, ainda que não compreendesse o porquê, o caminho de volta à casa paterna. Ei-lo, então, em Jaraguá do Sul, ajudando no trabalho da família, no plantio e cultivo do arroz. Era o tempo de semear, que durou, na verdade, pouco mais de um mês, pois aquela centelha, pela voz premonitória do mineiro Adalberto Maia Barbosa, que já conhecera em Curitiba, e por convite do Diretor do Ginásio São Luiz, de Florianópolis, o irmão Evaristo, de novo o transportava da roça para a cidade grande.

Em Florianópolis, o jovem professor continuava a sonhar com novas jornadas e descobertas. E foi o vínculo de amizade com outro irmão marista, seu ex-professor em Mendes e então Diretor do Colégio Dom Silvério em Belo Horizonte, que se tornou a senha para abrir-lhe as portas da Capital mineira, ainda nos anos dourados. E, no dia 8/1/58, vindo do Rio de Janeiro no clássico avião DC-3, desembarcava no aeroporto da Pampulha o jovem Prof. Honório Tomelin.

Aquele jovem brilhante logo despertaria a atenção do pai de um dos seus alunos, nada menos que o Dr. Gilberto Faria, um dos donos do então todo-poderoso Banco da Lavoura, o Banco Real de hoje. Assim lhe foram abertas as portas para trabalhar naquele que era então considerado o maior Banco privado da América Latina, sendo logo designado para atuar no Departamento de Estatística e Relações Públicas.

Já no ano seguinte, era fundada, em Belo Horizonte, a Associação Brasileira de Relações Públicas, na qual o prestígio do Banco assegurava ao jovem Honório um posto de destaque, entidade essa da qual seria eleito Presidente em 1965. Passaria a liderar, então, a luta pela regulamentação da profissão de relações públicas, conquista alcançada, afinal, em 1969.

Ao ser aberta, em 1971, a numeração do Conselho Regional, aquele lutador da causa comum receberia das mãos de Santos Andrade um justo prêmio, onde estava escrito: "Honório Tomelin, carteira nº 1 de relações públicas da região de Minas, Goiás e Espírito Santo".

Mas já preparara, antes, seu plano de vôo - o vôo de longo curso que hoje comemora os vitoriosos 40 anos de tão bem sucedida navegação.

Na verdade, antes de receber a carteira nº 1 de relações públicas, ainda funcionário do Banco da Lavoura e acadêmico de direito na UFMG, onde diplomou-se como advogado, Honório Tomelin havia criado, em 20/10/61, o Instituto de Relações Públicas, embrião da UNA do futuro, associado a Olto Mariano dos Reis e a Huáscar Terra do Vale.

Em 1962, optou por deixar o serviço bancário para dedicar-se, em tempo integral, à educação. A nave e seu comandante estavam prontos para enfrentar quaisquer turbulências, a fim de galgar novos céus de brigadeiro.

Sr. Presidente, nobres colegas Deputados, senhores e senhores, assim teve início, com essa breve síntese que fizemos, a história que hoje comemoramos e que todos respeitamos e admiramos.

Quis recordar o passado de um homem não para seu enaltecimento próprio, pois a obra criada por ele fala mais alto que todo e qualquer elogio.

Essa breve história, que possui densidade mil vezes maior do que aquela que impõe a brevidade de um discurso, permite-nos melhor compreender porque a UNA constitui-se hoje numa verdadeira potência do ensino superior em Minas Gerais e no Brasil, mantendo permanente intercâmbio, convênios e acordos de cooperação internacional com universidades dos Estados Unidos, do Canadá, da Argentina, do Paraguai, da Itália, de Portugal, da Espanha, da Inglaterra, da Suíça, da França, da Alemanha e da Nova Zelândia.

As cinco faculdades que integram o Centro Universitário de Ciências Econômicas da UNA, vinculado ao Sistema Federal de Ensino, são reconhecidas como modelo e referência, investidas que estão do diploma de qualidade que lhes outorgou a Organização Internacional para Normas e Padrões.

Homenageando a UNA nas pessoas do seu Diretor Executivo, Honório Tomelin, e do Presidente do seu Conselho Diretor, Aloísio Teixeira Garcia, esta Casa quer enaltecer a trajetória de uma grande idéia, animada por essa centelha criadora que brilha e brilhará para sempre na história da educação brasileira.

Devemos estender essa homenagem aos professores, que, nesses 40 anos, ajudaram a forjar grande ideal e realidade pujante; aos alunos e ex-alunos - entre os quais me incluo, pois na UNA tive a honra e o orgulho de formar-me em Administração, há 30 anos -, que são a razão de ser do processo de ensino; aos funcionários, desde aqueles que ocupam a linha de frente aos mais humildes servidores da UNA, que prestam seus serviços a uma instituição de verdadeira utilidade pública.

Senhoras e senhores, aqui e agora, as palavras não bastam. É preciso penetrar na dimensão do sentimento, nas lutas e nos sacrifícios dos pioneiros da UNA e do Prof. Honório Tomelin, que são desafios às vezes cruciais que bem conhecemos e tantas vezes acompanhamos, para extrair dessa história de sucesso sua mais preciosa lição: "Grandes homens são aqueles que sabem fazer de suas lutas e vitórias uma conquista de todos".

Essa verdade, como aquela que buscamos na declaração de princípios da UNA, honram a vida e dignificam a existência dos homens. São verdades que devem vibrar, com mais intensidade ainda, nesta hora de encruzilhada que toda a humanidade vive. Até para lembrar e reconhecer que essa centelha, que tanto ilumina a trajetória da UNA, terá sua fonte de luz numa energia que vem do mais alto ainda... irmã, quem sabe, da mesma energia que habita o sol e as estrelas, que anima e sustenta a terra inteira, irradiada por essa essência eterna a que chamamos Deus. Muito obrigado.

O ano de 1961 era difícil. Vivia-se uma época de aberturas e, ao mesmo tempo, de estreitezias. No cenário mundial, mal haviam se passado 16 anos da Segunda Guerra Mundial. Vivíamos blocos antagônicos ideologicamente. O nosso País estava em um capítulo difícil da sua história, que foi a renúncia de Jânio Quadros. No meio universitário tínhamos a Universidade de Minas Gerais - UMG -, hoje UFMG, e os primórdios da PUC Minas Gerais, hoje Pontifícia Universidade. E aí começamos a criar.

Cumprimento o Sr. Presidente desta Assembléia, o caro e ilustre Secretário da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Deputado Wanderley Ávila; o Sr. Secretário Municipal de Educação, Prof. Antônio David de Souza Júnior; o meu caro Presidente do BDMG e da Academia Mineira de Letras, Murilo Badaró; o caro Presidente e companheiro Dr. Aloísio Teixeira Garcia; meu caro Reitor e 1º-Reitor do Centro Universitário da UNA, Dr. Álvaro José Cunha; o Pró-Reitor de Administração e Finanças da UEMG, Dr. José Gama Dias; meu colega, Diretor-Tesoureiro, Francisco Andrade do Carmo; de maneira muito especial, e com reverência profunda, o 1º-Vice-Presidente da Assembléia de Minas Gerais e autor deste evento, caro Deputado Alberto Pinto Coelho. Cumprimento todos os Deputados presentes, autoridades, representantes da Associação Comercial, amigos de toda hora, companheiros de inúmeras relações que a universidade permeia, meus filhos e meus familiares.

Em um dia tão especial como o de hoje, volta-me à cabeça uma frase, que li ainda nos meus tempos de seminarista, quando dei início à minha trajetória em direção ao futuro: "O êxito é fácil de obter; difícil é merecê-lo", de Albert Camus. Ou outra do não menos célebre pensador alemão Goethe: "Onde existe uma vontade, existe um caminho".

É com extrema alegria que me dirijo aos senhores, na esperança de ter, realmente, construído obra merecedora de tão grande honraria. Foram extraordinárias as menções pessoais do Deputado Alberto Pinto Coelho, que me comoveram sobremaneira.

Os homens passam, mas seu legado permanece. E o permanecer, neste mundo, significa ir além, por vezes, da própria metafísica, que, para Platão, eram verdades incorpóreas e imutáveis, providas de fora de nosso mundo, descobertas pelo uso exclusivo da abstração racional.

As verdades, as essências, independem dos seres humanos, até mesmo da história, porque são anteriores a nós e a nós sobreviverão; o que significa que as idéias, enquanto verdades dos homens, têm existência imaterial, autônoma e própria em relação à realidade.

Para Platão, a esta sincronia entre o racional e o metafísico dá-se o nome de idealismo.

Platão morreu em 348 a.C. Pouco tempo depois, seu mais célebre discípulo, Aristóteles, saíria de Atenas para estudar história natural e biologia marinha; em 342 a.C., Aristóteles tornava-se preceptor de Alexandre da Macedônia, tendo sido responsável por sua educação dos 14 aos 20 anos. Em 335 a.C., já de volta a Atenas, funda Aristóteles a sua própria escola, que, por ficar localizada em um bosque dedicado ao deus Apoio Liceus, o protetor dos pastores, acabaria sendo chamada de liceu.

É atribuída a Aristóteles frase lapidar sobre seu grande mestre: "Platão é muito querido por mim; mas a verdade o é ainda mais".

Vejam: Platão ensinou a Aristóteles; Aristóteles ensinou a Alexandre. Um filósofo ascendeu outro filósofo; e Aristóteles preparou um imperador. E um império. É o que o ensino faz.

A UNA gerou empresários, deputados, cidadãos, gloriosas personalidades, e ainda virão outros impérios econômicos, impérios intelectuais, através deles. Em nosso liceu, como no dedicado à Apoio, educamos deuses para o País.

Eis pois os primórdios do que consideramos escola, em verdade um templo dedicado ao saber, à busca da verdade e à compreensão da própria existência humana.

Da trajetória de Platão e Aristóteles - o primeiro, racionalista, com a razão independentemente da experiência humana, e o segundo, empirista, com o conhecimento procedendo da experiência e das particularidades do mundo - obtêm-se duas linhas da verdade: a preexistente e a deduzida. Essa é a grande prosopopéia do pensamento e do estudo na universidade.

A partir da Idade Média, as mudanças sociais e econômicas concentraram o poder nas mãos da Igreja Católica, elevando a teologia e a filosofia à categoria exclusiva na construção do conhecimento científico.

No séc. X da nossa era, mosteiros e conventos deram início ao agrupamento de estudiosos e, no final do séc. XI, mais precisamente em 1089, é fundada, na Itália, a primeira universidade do mundo, a Universidade de Bolonha, seguida de perto pela Universidade de Évora, em Portugal, e de outras, que ainda hoje formam a elite pensante do globo.

No Brasil, a importância da universidade como um todo fica patente com a criação, em 1934, da Universidade de São Paulo, que veio no esteio da Revolução Constitucionalista de 1932. O povo de São Paulo, derrotado em sua revolta pela legalidade, se empenhou em solução para resolver o social, o político e o cultural, criando, dois anos depois, a sua universidade. E por ela - e com ela - se tornaram o primeiro Estado da Federação.

Um dos seus principais mentores intelectuais seria o empresário Júlio Mesquita Filho, Diretor Presidente do jornal "O Estado de São Paulo", bom exemplo de como os empresários, o poder público e a imprensa devem andar unidos na busca de soluções para nossos problemas.

A USP começou a funcionar com algumas escolas preexistentes, sendo a mais antiga delas a Faculdade de Direito de São Paulo, que data de 1827 e gerou, em seus bancos escolares, perto de meia dúzia de Presidentes da República e dezenas de Ministros de Estado.

Hoje, a USP, além de ser a maior instituição de ensino superior e de pesquisa do País, é a terceira da América Latina e está classificada entre as 100 primeiras organizações similares das cerca de 6 mil universidades existentes no mundo.

É óbvio que a criação da USP significou muito para a economia do País. São Paulo é o Estado com maior capacidade de produção, renda "per capita" e população alfabetizada: um país quase ideal dentro de outro país. Não fosse a universidade, muito provavelmente a história de São Paulo seria outra, como também a nossa própria. Um Estado só se desenvolve com ensino cômico de sua responsabilidade social, com educação digna, excelsa e de boa qualidade para todos.

E é exatamente isso que nós, da UNA, hoje Centro Universitário de Ciências Gerenciais, temos procurado desenvolver através dos anos. Pelos dias sem fim, continuaremos nosso curso e buscaremos nosso propósito.

A universidade, como se assinalava na Idade Média, a "universitas", é um corpo, conjunto de pessoas, cenáculo, na defesa dos direitos e da liberdade, regida por estatutos e símbolos, como o selo e a chancela. E não seria a universidade uma sociedade entre professores? Ou, como queria Theilbard de Chardin, "a espiral infinita da ascensão humana"?

Em direção ao futuro, não poderíamos deixar de agradecer a todos os nossos alunos, professores, colaboradores e sócios, que contribuíram e contribuem muito para o nosso engrandecimento. Manifesto a minha alegria pela presença de Oto Mariano dos Reis, um dos meus primeiros sócios.

Em especial, o nosso agradecimento aos sócios mantenedores Aloísio Teixeira Garcia, Francisco Andrade do Carmo, José Alves Ferreira, Tarcísio da Cunha Botinha, Geraldo Dias Moura de Oliveira, Marita Guerra Andrade e José Otávio Tomelin. De igual forma, o nosso agradecimento ao Presidente desta reunião, Deputado Wanderley Ávila, e ao Presidente desta Casa, Deputado Antônio Júlio. E também ao Deputado Alberto Pinto Coelho, antigo e brilhante aluno do nosso curso de Administração de Empresas, que hoje representa o povo do Estado de Minas Gerais nesta Assembléia de homens, idéias e ideais. Não só ele obteve o êxito, como o fez por merecer.

Senhoras e senhores, assim se passaram 40 anos. Durante todo esse tempo, o que realmente nos levou a prosseguir, nossa mola mestra e nosso "leit motiv" foi o reconhecimento de nossos alunos ao valor da instituição que os preparava, educava e sedimentava neles o saber. É em homenagem a eles que permanecemos alertas. Hoje, nesta Casa do povo, tenho a pretensão de haver conseguido tal proeza.

Esses 40 anos dedicados à educação me fazem crer que estamos, por quase duas gerações, sedimentando as bases de nossos ideais. De geração em geração vai a UNA, tal qual o liceu do deus Apolo, tecendo a teia da história.

A história passa por nós, mas também dela é que tiramos o nosso cerne, nosso esteio, nossa raiz. Particularmente, posso me considerar homem realizado não só pelo reconhecimento de meus alunos, colaboradores e professores, mas também por tudo o que a vida me deu. Esta semana tive a grata notícia de que serei avô, daqui a oito meses, pela primeira vez, como me contaram Heloísa e seu marido, Fernando. Meu neto será a terceira geração da família, e Deus queira que os filhos de vossos filhos, de todos os presentes, possam um dia também dizer: "Aquele foi o meu liceu; aquele foi o cenáculo das minhas idéias; ali cresci, eduquei-me e preparei-me para a vida; ali alimentei meus ideais".

Em contraponto a Platão e Aristóteles, o filósofo alemão Hegel afirmava que a realidade é a própria idéia em si, contida em todo o ser humano. Que essa idéia, ao exteriorizar-se na forma de ação, depura-se e volta mais aperfeiçoada para o sujeito, que, dessa forma, descobre em si sua autoconsciência.

Ao supor que a humanidade, a natureza e a história fossem manifestações de um espírito absoluto, o pensamento hegeliano recorre novamente ao idealismo. E um homem sem ideal não é um homem, é apenas um ser.

A minha filha Heloísa, além do anúncio da chegada do meu primeiro neto, também me deu, esta semana, outro presente. Guardou, durante mais de 15 anos, um cartão no qual escrevi uma frase que, a partir de hoje, passa a ter um significado ainda maior: "Se um barco é guardado no porto por 20 anos ou mais em nome da segurança, mesmo assim afunda; porque, parado, o fundo do barco apodrecerá. Navegar é preciso".

Em nome de Deus e pela glória dos homens, que a nossa obra humildemente permaneça, de geração em geração. Muito obrigado.

#### Entrega de Placa e de Livro

O Sr. Presidente - A Presidência tem a honra de entregar ao Dr. Honório Tomelin placa alusiva a esta homenagem, com os seguintes dizeres: "A homenagem do Poder Legislativo Estadual à UNA - Centro Universitário de Ciências Gerenciais -, que, há 40 anos, vem preparando a nossa juventude para um grandioso futuro. Belo Horizonte, 22 de novembro de 2001. Deputado Antônio Júlio. Presidente. Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais".

Procede-se à entrega da placa.

O locutor (Sr. José Soares Júnior) - Neste momento, o Prof. Afonso Celso Raso, na qualidade de funcionário mais antigo, fará a entrega ao Deputado Wanderley Ávila, representando o Presidente, Deputado Antônio Júlio, de exemplar contendo a memória escrita da entidade, no período de 1961 a 2000, composta de cinco exemplares.

- Procede-se à entrega de livro.

O Sr. Presidente - A Presidência agradece a honrosa presença das autoridades e dos demais convidados.

#### ATA DA 202ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, EM 21/11/2001

#### Presidência dos Deputados Wanderley Ávila e Álvaro Antônio

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): Discussão e Votação de Proposições: Inexistência de quórum para votação de projeto de lei complementar - Questões de ordem - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.162/2000; discurso do Deputado Alencar da Silveira Júnior; encerramento da discussão; votação do projeto, salvo emendas e subemendas; aprovação; votação das Emendas nºs 2 a 5, 7 a 11, 13, 14, 16, 18, 19, 21, 22 e 23 e das subemendas que receberam o nº 1 às Emendas nºs 15 e 17; aprovação; prejudicialidade das Emendas nºs 1, 6, 12, 15 e 17; votação da Emenda nº 20; aprovação; declaração de voto - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.305/2000; discursos dos Deputados Alencar da Silveira Júnior e Fábio Avelar; encerramento da discussão; votação do projeto; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.401/2001; discurso do Deputado Alencar da Silveira Júnior; encerramento da discussão; votação do projeto, salvo emenda; aprovação na forma do vencido em 1º turno; votação da Emenda nº 1; aprovação - Chamada para verificação de quórum; inexistência de quórum para votação de projeto de lei complementar - Requerimento do Deputado Adelmo Carneiro Leão; deferimento; discurso do Deputado Durval Angelo - Encerramento.

#### Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Antônio Júlio - Alberto Pinto Coelho - Ivo José - Mauri Torres - Wanderley Ávila - Álvaro Antônio - Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Patrús - Agostinho Silveira - Aílton Vilela - Alberto Bejani - Alencar da Silveira Júnior - Ambrósio Pinto - Amílcar Martins - Anderson Adauto - Antônio

Carlos Andrada - Arlen Santiago - Bené Guedes - Bilac Pinto - Cabo Morais - Cristiano Canêdo - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Dimas Rodrigues - Dinis Pinheiro - Doutor Viana - Durval Ângelo - Edson Rezende - Eduardo Brandão - Elaine Matozinhos - Elbe Brandão - Ermano Batista - Fábio Avelar - Geraldo Rezende - Gil Pereira - Glycon Terra Pinto - Hely Tarquínio - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - João Batista de Oliveira - João Leite - João Paulo - João Pinto Ribeiro - Jorge Eduardo de Oliveira - José Braga - José Henrique - Kemil Kumaira - Luiz Fernando Faria - Luiz Menezes - Luiz Tadeu Leite - Marcelo Gonçalves - Márcio Kangussu - Marco Régis - Maria José Hauelsen - Maria Olívia - Mauro Lobo - Miguel Martini - Pastor George - Paulo Pettersen - Paulo Piau - Pinduca Ferreira - Rogério Correia - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Sebastião Navarro Vieira.

#### Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Wanderley Ávila) - Às 9h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

#### 1ª Parte

##### Ata

- O Deputado Fábio Avelar, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, com a discussão e votação da matéria constante na pauta.

#### Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, que, nos termos da Decisão Normativa nº 7, não há quórum para votação de projeto de lei complementar, mas que o há para a apreciação das demais matérias constantes na pauta.

#### Questões de Ordem

O Deputado João Leite - Foi acertado, desde a semana passada, entendimento entre a Presidência da Assembléia e o Líder do Governo para que fosse incluído na pauta desta reunião o Projeto de Lei nº 640/99. Esse projeto foi votado em 1º turno, em 1999. Esse entendimento foi feito para que tivéssemos tempo de fazer contato com os presidentes de federações, associações para que o projeto estivesse na pauta da reunião extraordinária da manhã de hoje.

Ontem, tomei o cuidado de tratar com a assessoria da Mesa que o projeto estivesse na pauta esta manhã, conforme os entendimentos feitos.

Havia, Sr. Presidente, esforço das Lideranças da Casa, do Presidente da Comissão Especial de Esportes, Deputado Bené Guedes; do relator desta Comissão, Deputado Ivair Nogueira e entendimento amplo para votação desse projeto.

Depois de convidarmos várias pessoas, de dar entrevistas, confirmar com o Presidente que o projeto estaria na pauta desta manhã, não somente nós, Deputados que participamos desse entendimento, mas também algumas pessoas que se deslocaram do interior de Minas Gerais para estar aqui no dia acertado para votação, fomos surpreendidos pela ausência desse projeto na pauta desta reunião extraordinária.

Lamentamos, porque algo que deve ser garantido no Plenário da Assembléia são os entendimentos. Infelizmente, não consigo obter explicações, pois não estão presentes nem o Presidente desta Casa nem o Líder do Governo.

Nesse entendimento havia, inclusive, a contribuição da Secretaria de Esporte. O Secretário Sérgio Bruno enviou a esta Casa suas sugestões sobre o projeto, que foram acatadas pelo relator na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, mas não conseguimos entender porque o Presidente fez esse entendimento com a assessoria da Mesa, porque este Deputado foi autorizado a informar a várias pessoas dessa votação, e agora deparamos com uma pauta em que não consta o projeto.

Gostaria de receber uma explicação que satisfizesse não apenas a mim, mas também a todas as pessoas de Minas que aguardam a votação desse projeto na manhã de hoje. Para nós, de alguma forma, os entendimentos são inegociáveis neste Plenário. Se eles não são ao final concluídos, não há como confiar nas conversas que acontecem neste Plenário.

Lamento, porque várias pessoas que têm interesse no projeto deslocaram-se para esta Casa e tantas outras que aqui não estão aguardam sua aprovação desde 1999.

Não compreendo por que o projeto não está na pauta. Se não tivéssemos feito entendimento com o Presidente da Assembléia Legislativa e recebido sua palavra, não teríamos dado entrevista nem convidado pessoas para aqui comparecerem.

Na última quarta-feira, na reunião da Comissão de Esportes, a Deputada Maria Olívia, o Deputado Bené Guedes, eu e outros que compõem a Comissão tivemos o cuidado de fazer convites. Vejo na galeria o Prof. Wadson Lima, treinador da seleção brasileira de voleibol; lideranças do esporte e jovens de projetos esportivos de Belo Horizonte aguardando uma votação que, não entendemos por que, não acontecerá.

É bom que se esclareça que o acordo a que me refiro não foi feito com o Deputado Wanderley Ávila, que preside os trabalhos nesta manhã, mas com o Deputado Antônio Júlio, Presidente da Assembléia Legislativa.

Não só eu, mas também os outros Deputados e todos os que aguardavam para hoje a votação do projeto esperamos uma explicação do Presidente da Casa.

O Deputado Bené Guedes - O Projeto nº 640/99, do Deputado João Leite, é de vital importância para o esporte de Minas. Há enorme expectativa pela sua aprovação. Sabemos que há boa-vontade por parte do Governo em aprová-lo. Infelizmente, o projeto não se encontra na pauta, apesar do acordo que havia sido feito com o Presidente da Casa. Não vejo por que protelar sua votação.

Esperamos que o Presidente dos trabalhos desta manhã faça chegar ao Deputado Antônio Júlio nosso desejo de que o projeto seja, o mais rápido possível, colocado em pauta para ser votado e que, em breve, estejamos promovendo aquilo que entendemos ser a redenção para o esporte de Minas.

O Sr. Presidente - Respondendo à questão de ordem do Deputado João Leite. O Deputado sabe do respeito, do carinho e da admiração que tenho por sua pessoa, pela sua competência e seriedade. Vem de longa data o reconhecimento de seus méritos: no passado, no glorioso Clube Atlético Mineiro, e, hoje, parlamentar desta Casa, defendendo com tanta propriedade o esporte. A Presidência verificará por que o projeto não está na pauta desta manhã. Somamos às palavras do Deputado João Leite nosso pedido de desculpas às pessoas que se deslocaram de outras cidades e às que, morando em Belo Horizonte, deixaram seus afazeres para aqui comparecer.

O Deputado Luiz Menezes - Sr. Presidente, estamos batendo palmas de contentamento. Os jornais de Itabira e de Belo Horizonte publicam que será posto em licitação o asfaltamento da estrada que liga Bom Jesus do Amparo a Itambé, passando pelos distritos de Itabira, Ipoema e Senhora do Carmo.

Cumpre, no entanto, observar o seguinte: desde que entramos nesta Casa, lutamos pelo asfaltamento dessa estrada. Finalmente, o Diretor do DER, atendendo pedido do Prefeito de Itabira, abre a licitação. Pergunto a V. Exa.: será que toda minha luta não teve valor? Será que a intervenção do Prefeito modificou o pensamento do Diretor do DER? Definitivamente, não concordamos com isso.

O Diretor do DER parece-nos interessado em alguma coisa e vai pôr essa estrada em licitação. Ficam aqui nossos protestos, em meu nome e em nome do povo de Itabira.

O Deputado Márcio Kangussu - Sr. Presidente, Srs. Deputados, não poderia deixar de prestar minha solidariedade ao Deputado Luiz Menezes, até porque sou testemunha de sua luta pelo asfaltamento dessa estrada, desde o primeiro dia de seu mandato nesta Casa. Quando presidia a sessão para eleição da Mesa Diretora passada, fez essa solicitação ao Governador Itamar Franco. Posteriormente, durante audiência da Bancada do PPS com o Secretário da Casa Civil, reafirmava o pedido de asfaltamento daquela estrada. Depois, em audiência com o Vice-Governador do Estado, o Deputado Luiz Menezes fazia veemente apelo para que se iniciassem as obras. Em audiência com o Governador do Estado, a única reivindicação da Bancada do PPS era o atendimento ao pleito do Deputado Luiz Menezes, que melhor representa Itabira e a região. Estão praticando injustiça contra esse Deputado e, sobretudo, falta de ética para com este parlamento, que tem o dever de representar toda Minas Gerais, não apenas os que eventualmente ocupam um cargo de confiança, um cargo em comissão no Governo do Estado. Se essa obra vier a acontecer, tem de ser creditada ao trabalho do Deputado Luiz Menezes, de mais ninguém. Obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.162/2000, do Deputado Fábio Avelar, que dispõe sobre a política de proteção à fauna e à flora aquáticas e de desenvolvimento da pesca e da aquicultura no Estado de Minas Gerais e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 a 5, que apresenta. A Comissão de Política Agropecuária opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 a 5, da Comissão de Justiça, e com a Emenda nº 6, que apresenta. A Comissão de Meio Ambiente opina por sua aprovação com as Emendas nºs 2 a 5, da Comissão de Justiça, e com as Emendas nºs 7 a 21, que apresenta, e pela rejeição das Emendas nºs 1, da Comissão de Justiça, e 6, da Comissão de Política Agropecuária. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 2 a 5, da Comissão de Justiça; 7 a 11, 13, 14, 16, 18, 19 e 21, da Comissão de Meio Ambiente, bem como as Emendas nºs 22 e 23, que apresenta; e, ainda, as Emendas nºs 15 e 17, da Comissão de Meio Ambiente, na forma de subemendas que receberam o nº 1, que apresenta, e pela rejeição das Emendas nºs 1, 6, 12 e 20. Em discussão, o projeto. Com a palavra, para discuti-lo, o Deputado Alencar da Silveira Júnior.

O Deputado Alencar da Silveira Júnior - Parabenizo o companheiro Fábio Avelar. A aquicultura, que vem crescendo muito, é uma grande fonte de receita para a população mineira. Com o incentivo do Governo, tenho certeza absoluta de que acontecerá o mesmo que aconteceu com o frango, há 20 anos. Sem dúvida alguma, a distribuição de peixes será a grande evolução para a alimentação do nosso povo.

A cidade de Itabirito vem investindo na aquicultura e incentivando os pequenos produtores. Construiu um grande mercado, para onde toda a produção de Itabirito é levada e armazenada em um único frigorífico. Obrigado.

O Sr. Presidente - Não há outros oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto, salvo emendas e subemendas. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, as Emendas nºs 2 a 5, 7 a 11, 13, 14, 16, 18, 19, e 21, 22 e 23 e as subemendas que receberam o nº 1 às Emendas nºs 15 e 17. Os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovadas. Com a aprovação das Emendas nºs 9, 14 e 22 e das subemendas, ficam prejudicadas as Emendas nºs 1, 6, 12, 15 e 17. Em votação, a Emenda nº 20. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 1.162/2000 com as Emendas nºs 2 a 5, 7 a 11, 13, 14, 16 e 18 a 23 e as subemendas que receberam o nº 1 às Emendas nºs 15 e 17. À Comissão de Meio Ambiente.

#### Declaração de Voto

O Deputado Fábio Avelar - Sr. Presidente, companheiros da Mesa, meus caros colegas, Deputados e Deputadas, telespectadores da TV Assembléia, demais presentes, na realidade, esta não é uma declaração de voto, já que, por ser um projeto de nossa autoria, votamos favoravelmente. Porém não poderíamos perder a oportunidade de nos dirigir a todos os colegas parlamentares que nos apoiaram na aprovação desse projeto, que teve a sua discussão iniciada em agosto de 2000. Realizamos várias audiências públicas. Em todas as comissões em que ele foi apreciado, Comissão de Justiça, Comissão de Política Agropecuária, Comissão de Fiscalização Financeira, Comissão de Meio Ambiente, houve amplos debates.

Em 2000, tivemos a oportunidade de realizar um debate público que contou com a participação de mais de 700 pessoas, representantes de todos os segmentos da atividade pesqueira e da aquicultura de todo o Estado de Minas Gerais, pescadores profissionais, amadores e suas respectivas associações de classe, todos os órgãos do Governo, Polícia Militar, Diretoria de Pesca, IBAMA, IEF, Secretaria de Meio Ambiente. Enfim, todos os órgãos que têm alguma ligação com essa atividade contribuíram, com a sua participação. Este ano também tivemos uma audiência pública memorável, com a participação de mais de mil representantes desse setor.

Com essa lei, estaremos dando um novo enfoque a essa atividade. Gostaríamos, mais uma vez, de agradecer o apoio que tivemos desde o momento em que apresentamos o nosso projeto. Durante todo esse período de discussão, ele recebeu contribuições de quase todos os Deputados e de todos os setores da atividade pesqueira e da aquicultura. Com isso, elaboramos um texto que, de certa maneira, atendeu a todos os anseios desse setor.

Vou ressaltar rapidamente as suas principais alterações. Uma delas é a incorporação da flora aquática, de forma expressa, como objeto da política estadual de proteção ambiental, o que não era previsto na legislação anterior. Outra é a inclusão do princípio de precaução, visando à biossegurança como pressuposto de qualquer procedimento para a introdução de organismo geneticamente modificado.

Mas há outros pontos a ressaltar em todo esse processo: o respeito à dignidade dos profissionais dependentes da atividade pesqueira; o

estabelecimento da piracema diferenciada de conformidade com as condições geoclimáticas de cada região; a aplicação da parcela das receitas de pesca para as atividades de aquicultura e organização das colônias de pescadores profissionais bem como o fornecimento de alevinos e materiais de espécies nativas para o repovoamento dos cursos de água. Por fim, há uma inovação: a criação do Conselho da Pesca e da Aquicultura, composto por cerca de 15 pessoas, procurando, de certa maneira, que fossem representadas as instituições governamentais, as não governamentais e as associações de classe. Com isso, esperamos ter um fórum de debate bastante representativo.

Mais uma vez, gostaria de agradecer os Deputados pela aprovação desse projeto em 1º turno. Conto com seu apoio para a aprovação também em 2º turno. Por fim, agradeço as palavras que o Deputado Alencar da Silveira Júnior me dirigiu no início de sua fala.

O Sr. Presidente - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.305/2000, do Deputado Jorge Eduardo de Oliveira, que estabelece a proibição de implantação de aterro sanitário em áreas próximas de residências, cursos hídricos e mananciais. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Com a palavra, para discuti-lo, o Deputado Alencar da Silveira Júnior.

O Deputado Alencar da Silveira Júnior - Gostaria de parabenizar o Deputado Jorge Eduardo de Oliveira, lembrando que, nos grandes centros onde já existem aterros sanitários próximos a residências, como é o caso de Belo Horizonte, ou próximos a cursos hídricos e mananciais, a solução é simples: basta retirar-se o lixo de Belo Horizonte, de Contagem e de Betim por meio dos trilhos e levá-lo para um local onde os resíduos sejam selecionados. Essa é a solução, já que esse tipo de transporte é barato. O lixo seria levado a um grande terminal e embarcado para fora da região metropolitana, onde seria beneficiado, podendo até trazer receita para os municípios, em função da lei de incentivo relativa ao assunto.

Esse problema é muito próximo de todos nós, porque todos produzimos diariamente certa quantidade de lixo. Assim, se não começarmos a nos preocupar agora, como será o futuro dos nossos filhos e netos? Parabéns, Deputado Jorge Eduardo de Oliveira. A Bancada do PDT votará favoravelmente. Obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para discutir o projeto, o Deputado Fábio Avelar.

O Deputado Fábio Avelar\* - Também gostaríamos de cumprimentar o Deputado Jorge Eduardo de Oliveira pela iniciativa de apresentar esse Projeto de Lei nº 1.305/2000, sobre a implantação de aterros sanitários em áreas próximas a residências. Trata-se de um projeto importantíssimo, que, na prática, mesmo antes de ser implantado, já vem promovendo a discussão de um tema tão relevante como o lixo - um grave problema, que aflige principalmente os grandes centros urbanos. Hoje, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, enfrentamos, talvez, um dos maiores problemas do Estado, que é a dificuldade de se implantar aterros sanitários. E esse projeto, que busca evitar a implantação próxima a residências, impulsiona ainda mais essa importante discussão. Para dar um exemplo, recentemente, em Belo Horizonte, um lixo seria implantado na região de Capitão Eduardo, o que não foi possível, em virtude de aquela área ter sido transformada em área de preservação ambiental. Mas, mesmo que não fosse área de preservação ambiental, se essa legislação já estivesse implantada, isso também não seria possível. Assim, esse projeto certamente trará à tona a discussão e o aprofundamento dessa questão, principalmente na região metropolitana, onde estamos presenciando essa situação agravar-se a cada dia. Para que se tenha uma idéia, nas duas últimas reuniões da Comissão de Meio Ambiente, realizamos duas audiências públicas, exatamente para discutir sobre a questão do lixo na Região Metropolitana de Belo Horizonte, e ontem tivemos um debate sobre os lixões de Ribeirão das Neves. É um projeto oportuno. Estaremos apoiando o Deputado Jorge Eduardo de Oliveira na aprovação desse importantíssimo projeto.

O Sr. Presidente - Não há outros oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 1.305/2000 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.401/2001, do Deputado Marco Régis, que dispõe sobre a agricultura orgânica no Estado de Minas Gerais e dá outras providências. A Comissão de Política Agropecuária opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1, que apresenta. Em discussão, o projeto. Com a palavra, para discuti-lo, o Deputado Alencar da Silveira Júnior.

O Deputado Alencar da Silveira Júnior - Sr. Presidente, parabeno o Deputado Marco Régis. Hoje, nesta Casa, há uma seqüência de projetos muito benéficos para a população mineira. Falamos da aquicultura, do lixo, e agora estamos incentivando também a agricultura orgânica, que vai aproveitar o lixo dos aterros sanitários. Dessa forma, não teremos produtos com agrotóxicos, que causam prejuízo à saúde.

Parabéns aos Deputados que se preocupam com a agricultura moderna e com o meio ambiente, com a agricultura voltada para a saúde. A aprovação desses três projetos em pauta são de suma importância para o povo mineiro.

O Sr. Presidente - Não há outros oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto, salvo emenda. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, a Emenda nº 1. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 1.401/2001 na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1. À Comissão de Redação.

O Sr. Presidente - A Presidência, nos termos da Decisão Normativa nº 7, solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados para a verificação do número regimental.

O Sr. Secretário (Deputado João Leite) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente (Deputado Álvaro Antônio) - Responderam à chamada 31 Deputados, número insuficiente para votação de projeto de lei complementar, mas suficiente para a continuação dos trabalhos. Vem à Mesa requerimento do Deputado Adelmo Carneiro Leão, solicitando a palavra pelo art. 70, para, nos termos do seu § 1º, transferi-la ao Deputado Durval Ângelo. A Presidência defere o requerimento e fixa ao orador o prazo de 20 minutos. Com a palavra, o Deputado Durval Ângelo.

O Deputado Durval Ângelo - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas. Hoje, gostaria de abordar, nesta tribuna, um assunto que já me trouxe aqui outras vezes. Quero falar sobre três pessoas importantes para a execução da justiça em nosso Estado, pessoas que foram citadas por um orador, na semana passada, de forma desrespeitosa, nesta tribuna. Acho que estou contribuindo para o Plenário, para os Srs. Deputados, para o povo mineiro, trazendo não só um discurso com informações, mas também documentos que comprovam o que vamos abordar. Trataremos, hoje, da ação do Juiz e dos dois Promotores de Ribeirão das Neves. Inicialmente, gostaria de destacar, a pessoa do Juiz de Ribeirão das Neves, Dr. Wenderson de Souza Lima, alguém que tem sido pioneiro em decisões sobre a execução penal no Estado. Eu, os Deputados João Leite, Ivair Nogueira, João Batista de Oliveira e outros parlamentares participamos, de abril a setembro de 1997, da CPI do Sistema Carcerário. Foi uma CPI que fez uma radiografia da questão carcerária em Minas Gerais. Vimos, entre vários problemas, vários gargalos, sendo um dos mais significativos a visão, muitas vezes limitada, que Juízes e Promotores tinham a respeito da execução da pena. Muitas vezes, com posturas muito mais conservadoras do que as estabelecidas nas próprias leis de execução penal, seja as federais, seja as estaduais. Quero destacar que, pela ação provocada pelo Promotor Rodrigo, de Ribeirão das Neves, o Juiz Wenderson de Souza Lima, em



outubro de 1999, de forma pioneira no Brasil, considerou os estudos realizados pelo interno do sistema carcerário, na unidade prisional, como compatíveis com a própria remissão da pena. Em vista, das dificuldades de se fornecer trabalho nas unidades prisionais e, ao mesmo tempo, com essa visão que diria de fronteira, desafiadora, entendendo que a ocupação do tempo do interno para a questão dos estudos devia ser considerada como diz a lei que trata da remissão, determinou que cada período de três dias de estudo teria um dia de remissão. Essa decisão acabou atingindo hoje a maioria dos magistrados do Estado e também de outros Estados da Federação, uma visão que compreende que a educação tem um papel socializador fundamental, muitas vezes ultrapassando o próprio trabalho, que, dentro de algumas unidades prisionais, não vai além de costurar bolas de futebol. Isso é um destaque para todos nós, que temos na causa do preso uma questão fundamental para se reduzir a violência em nossa cidade. Não vamos conseguir resolver problemas de segurança, se não tivermos também uma visão pioneira da questão da execução. Sobre esse ponto, gostaria de falar sobre as decisões emanadas pelo Juiz Wenderson de Souza Lima.

A segunda, em julho de 2000, foi uma intervenção na penitenciária José Abranches Gonçalves para impedir a internação de menores do CEIP nesse estabelecimento penal. Todos sabemos que uma unidade prisional de adulto é incompatível com qualquer processo de ressocialização de menor.

Temos, também, duas medidas corajosas que indicam claramente a responsabilidade que o Dr. Leonardo Duque Barbabella e o Dr. Rodrigo Gonçalves Fonte Boa, Promotores de Neves, e o Sr. Wenderson Souza Lima, Juiz da comarca, têm com relação à questão prisional. Em maio de 2001, houve a interdição das unidades prisionais José Maria Alckmim e José Abranches Gonçalves, em vista das constantes fugas, das denúncias de corrupção interna, das denúncias de violência, porque era preciso pôr um termo nisso e impedir também que a irresponsabilidade estivesse presente nesses estabelecimentos penais.

Destaco, ainda, a ação do Juiz em relação à portaria que limitou a circulação de dinheiro nos estabelecimentos penais de Ribeirão das Neves, com o intuito de suprimir a proliferação do tráfico de armas e drogas dentro desses estabelecimentos. Foi determinado também em portaria que 1/3 do recebido pelo preso que trabalhasse, obrigatoriamente, fosse depositado em Banco. Essa é uma forma de se evitar dinheiro circulando dentro da unidade prisional, porque o preso, como está na justificativa, recebe alimentação e os meios necessários para sua sobrevivência. Isso ocorreu para impedir o tráfico de drogas nas unidades prisionais. Medida como esta, até hoje, não foi seguida por Juiz algum de execução no nosso Estado. Se houvesse tal medida, teríamos uma situação muito diferente dentro do sistema prisional.

Foi impecável a atuação do Juiz Wenderson de Souza Lima e dos Promotores Rodrigo Fonte Boa e Leonardo Barbabella no afastamento do Prefeito Aílton de Oliveira em novembro de 2000. A partir do primeiro semestre de 2000, houve uma ação firme para garantir um processo eleitoral transparente, a qual acatou denúncias feitas contra o Prefeito local, mostrando claramente que a atitude do Juiz e dos Promotores não era parcial, mas sim para o cumprimento da lei eleitoral no município. E digo mais: o que permitiu a renovação nessa cidade e a mudança do mando político foi, antes de tudo, essa atitude imparcial do Juiz dessa cidade. Não entendo como os grupos que adentraram o poder, em vista dessa ação transparente, podem criticar o Juiz hoje. Isso é inadmissível e carrega outras motivações.

Com relação à questão ambiental, houve duas ações que merecem destaque naquele município. Com toda a certeza, o meio ambiente estaria muito mais protegido se as outras comarcas tivessem a mesma postura. Trazemos aqui também a justificativa a respeito da suspensão liminar das Portarias nºs 51 e 61/2001, exaradas pelo Diretor do IEF, restaurando naquele município o poder da Polícia Militar para proceder a autuações e embargos a atos lesivos ao meio ambiente. É um absurdo essa portaria. Ela fere a Constituição Estadual e, em muitos municípios, acabou imobilizando a Polícia Florestal no que se refere à atuação em defesa do meio ambiente e ao impedimento da proliferação de construções irregulares e de loteamentos clandestinos e irregulares.

Então, Dr. Wenderson de Souza Lima, com toda certeza, toda a comunidade ambiental de Minas Gerais saúda a postura de V. Exa., que depois foi acompanhada pela decretação da nulidade das aludidas Portarias nºs 51 e 61, em novembro de 2001. A comunidade ambiental é muito agradecida à sua atuação naquele município. Com Promotores atentos à exigência da lei e à defesa do meio ambiente, a Comarca de Ribeirão das Neves, com milhares de processos e apenas uma vara, que tinha até pouco tempo atrás apenas um Juiz e dois Promotores, dá uma demonstração clara de que eles não se furtam a agir na defesa do meio ambiente.

Gostaria também de abordar o discurso que o colega Deputado Irani Barbosa fez aqui, na semana retrasada. Eu não estava em Plenário, não estava em Minas Gerais, e ele fez uma acusação grave. Entendo que esta Casa deve debruçar-se sobre ela, porque trata-se de um Juiz. Ele disse que o Juiz de Ribeirão das Neves, Dr. Wenderson de Souza Lima, teria feito uma única viagem ao exterior e que seu passaporte registrava uma viagem à Colômbia, no intuito de envolvê-lo com o tráfico de drogas. É um verdadeiro absurdo. Tenho aqui, senhoras e senhores, cópia do passaporte do Juiz, para mostrar a seriedade e a transparência com que ele trata essa questão. E digo mais, acho que nem precisaria fazer sua defesa, porque todos conhecem o Dr. Wenderson - seus alunos, seus colegas de curso, seus colegas de concurso - e sabem muito bem que ele é uma pessoa íntegra. Nas únicas viagens que o Juiz já fez para o exterior, foi à Escócia e à França. Pode ser que o Deputado tenha confundido a América Latina com a Europa. O passaporte mostra, com toda clareza, os registros e carimbos das viagens feitas por ele.

A outra denúncia trazida pelo Deputado Irani Barbosa foi de que o Juiz e os Promotores teriam arquivado 280 processos em sua comarca. Disse também que o arquivamento foi determinado para proteger processos ligados a traficantes de drogas. Isso também não confere. Dos processos arquivados, temos alguns de 1948 a 1951; processos do início dos anos 60, que não tratam da questão do tráfico de drogas, e um processo administrativo disciplinar instaurado contra o escrivão Antônio Carlos Gomes. E é bom que se diga que esse processo teve acompanhamento de Desembargadores. Teve também, como testemunhas, vários Juízes e Promotores. Quero citar seus nomes, porque V. Exas., que militam e conhecem o meio jurídico, sabem que são pessoas sérias: Dr. Wanderley Salgado de Paiva, Juiz de Direito de Contagem; Dr. Denerval da Silva Vital, Juiz de Direito também de Contagem; Dr. Francisco Correa Neto, Juiz de Direito aposentado; Dra. Maria de Lourdes Alves Santa Bárbara, Juíza de Direito de Itabira; Dr. Geraldo Carlos Campos, atualmente Juiz de Direito na Comarca de Governador Valadares; Dr. Agnaldo Rodrigues Pereira, atualmente Juiz de Direito na Comarca de Governador Valadares; Dr. José Ronald Vasconcelos de Albergaria, Procurador de Justiça, atualmente Coordenador da Promotoria da Infância e Adolescência de Belo Horizonte, e Dr. César Augusto da Glória Campos, atualmente Promotor de Justiça em Belo Horizonte.

Com toda certeza, se houvesse irregularidade nesses processos, a maior parte, da área fiscal, já, de alguma forma, prescritos, não haveria, em hipótese nenhuma, envolvimento do Juiz. O próprio funcionário foi absolvido. Há decisão nesse sentido.

Então, o Juiz não se omitiu, instaurou inquérito e, com testemunhas como essa, com toda certeza, é um inquérito sério, e merece ser desmentida essa informação.

O Deputado Irani Barbosa (em aparte)\* - Só gostaria de dizer que não vou debater com V. Exa. no Plenário.

O Deputado Durval Ângelo - Mas o senhor pediu o aparte.

O Deputado Irani Barbosa(em aparte)\* - Pedi o aparte para dizer que já tramitou nesta Casa e está para ser instalada a CPI para investigar o sistema prisional de Neves, a participação de Juízes e Promotores em fugas, corrupção, tráfico de drogas e outras coisas mais. Acredito que o partido de V. Exa. vai fazer parte dela.

Pedi para se fazer uma investigação minuciosa e perfeita daquilo que acontece naquela cidade que conhecemos tão bem. A opinião de V. Exa. não me interessa, pois já a conhecemos, já sabemos para que lado pende, como e por que ela pende.

Só gostaria de dizer a V. Exa. que se não conseguir provar isso, já falei desta tribuna, renuncio ao meu mandato. Já que V. Exa. gosta tanto de defender bandido, se eu provar o que está na CPI, V. Exa. tem honra e é homem suficiente para renunciar ao seu mandato no momento seguinte?

O Deputado Durval Ângelo - Vou lhe dar a resposta. Mas sobre os 280 processos, foi ouvida também, como testemunha, a servidora Ana Paula Palumbo Almeida, sobrinha da Presidente da Câmara Municipal de Ribeirão das Neves. Essa servidora também eximiu no inquérito os envolvidos. Suas informações foram as seguintes: "Que sabe informar que quando da implantação da Comarca de Ribeirão das Neves - que, se não me engano, foi implantada em 1989 -, os recursos eram muito precários, tendo o Sr. escrivão, por várias vezes, comprado canetas, folhas, envelopes, etc.; que não sabe informar se o Sr. Escrivão posteriormente foi ressarcido das despesas feitas com materiais para o serviço da Secretaria do Juízo; que, segundo se recorda, o SISCOB foi implantado nessa comarca em 1993; que se recorda que vieram pessoas do Tribunal para a implantação do SISCOB, os quais procederam ao cadastramento de processos". Então, os processos foram cadastrados na comarca pelo Tribunal de Justiça. "Que não sabe informar quem, mas os processos foram levados para serem cadastrados no SISCOB em Belo Horizonte. (fls. 4131 dos autos)".

Fica evidente aqui que não há responsabilidade, em hipótese alguma, do Dr. Wenderson na questão dos 280 processos.

Também foi denunciado que há proteção de bandido, no caso desse servidor, enquanto outros são perseguidos. Foi citado o caso do servidor Nilo Guimarães Moreira. Houve um inquérito, há portaria aberta, assinada pelo Desembargador Paulo Medina, atualmente Ministro do Superior Tribunal de Justiça de Brasília, a quem esta Casa prestou homenagem por sua indicação como Ministro. Ele sempre foi um Juiz sério, um desembargador sério, Presidente da Associação dos Magistrados do Brasil - AMB -; pessoa que todos sabemos ser imparcial e isenta. A conclusão do inquérito foi a de que esse cidadão teria se apropriado de R\$124.244,00 em custas judiciais.

A decisão é administrativa interna. E o servidor encontra-se foragido após ter sido decretada sua prisão pelo Juiz Dr. Eduardo Lote, em razão das ameaças de morte do Juiz Wenderson Souza Lima e de outros servidores do fórum, caso fosse - como foi - decretado seu afastamento do cargo.

Quero repor a verdade. Por razão muito simples, não vou aceitar o dilema do Deputado Irani Barbosa: tenho convicção total e plena de que o Juiz e os dois Promotores de Neves, envolvidos na denúncia, são pessoas idôneas.

Se aceitasse a premissa do Deputado Irani Barbosa, eu estaria, "a priori", levantando suspeita, mas não tenho dúvida nenhuma em relação ao Juiz Wenderson de Souza Lima e aos Promotores Leonardo Barbabala e Rodrigo Fonte Boa. São pessoas sérias e honestas, que merecem todo o nosso respeito.

Não entro, definitivamente, nas questões políticas locais. Entro na defesa da integridade. Não aceito o dilema do Deputado, porque eu estaria, distante que fosse, admitindo a hipótese de erro, de venalidade e de postura incorreta dos Promotores e do Juiz diante da lei.

A CPI irá, de uma vez por todas, sepultar essa questão. Sei que há falhas no Judiciário, sei que há falhas no Ministério Público, mas não podemos envolvê-los em casos isolados. Outras denúncias foram feitas, e a Corregedoria atua para apurá-las. Não podemos confundi-las com as duas instituições, que são fundamentais para a democracia, para o exercício de nosso mandato e para sustentar nosso sonho de construção de um país novo e diferente.

Dr. Wenderson Souza Lima, fica aqui, mesmo que não seja necessário, nosso modesto tributo à pessoa séria que V. Exa. é e à seriedade com que exerce seu múnus público como Juiz de Direito na Comarca de Neves.

#### Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando os Deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada. Levanta-se a reunião.

\* - Sem revisão do orador.

## ORDENS DO DIA

Ordem do dia da 310ª reunião ordinária, em 27/11/2001

### 1ª Parte

#### 1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

#### 2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

### 2ª Parte (Ordem do Dia)

#### 1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Requerimento nº 2.642/2001, da Comissão de Direitos Humanos, em que pede informações ao Comandante-Geral da PMMG sobre as providências tomadas acerca das denúncias encaminhadas àquele órgão pela Loja Maçônica Unificada e Plena nº 245, de Lagoa Santa, referentes à onda de violência que ocorre naquela cidade. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Requerimento nº 2.643/2001, da Comissão de Direitos Humanos, solicitando aos Promotores de Justiça da Comarca de Manhuaçu informações acerca dos espancamentos de presos na cadeia pública local, cometidos por policiais civis e militares. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Requerimento nº 2.644/2001, da Comissão de Direitos Humanos, pedindo ao Comandante-Geral da PMMG que informe a esta Casa se houve ou não requisição policial para cumprimento do mandado de reintegração de posse da Fazenda Morro Alto, no Município de Ibiá, nos termos da lei que menciona. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Requerimento nº 2.671/2001, dos Deputados Dinis Pinheiro e João Leite, solicitando do Diretor-Geral do DER-MG o envio a esta Casa da planilha de composição de custos das passagens intermunicipais do transporte coletivo, com a respectiva demanda mensal, por município, de passageiros transportados. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Requerimento nº 2.687/2001, do Deputado Carlos Pimenta, indagando ao Presidente do IPSEMG a razão pela qual o referido órgão autoriza aos funcionários que recebem salários de até R\$400,00 mensais, residentes na Capital, a utilização gratuita da farmácia do Instituto e não permite que o mesmo benefício seja dado aos servidores que residem no interior do Estado. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Requerimento nº 2.691/2001, da Comissão de Administração Pública, pedindo informações ao Secretário da Fazenda sobre o repasse de recursos atinentes às obrigações patronais, no período de janeiro de 1999 até a presente data, com as especificações que menciona. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

## 2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Prosseguimento da votação, em 2º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 34/2001, do Deputado Sargento Rodrigues, que altera a redação da Lei Complementar nº 50, de 13/1/98. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 981/2000, do Governador do Estado, que dá nova redação ao art. 2º da Lei nº 7.795, de 1980, que cria o Centro de Reeducação do Jovem Adulto na estrutura da Secretaria da Justiça e Direitos Humanos. A Comissão de Justiça perdeu prazo para emitir parecer. A Comissão de Direitos Humanos opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.761/2001, do Governador do Estado, que institui gratificação-saúde para os servidores das classes de cargos que menciona do Quadro Especial de Pessoal da Secretaria da Saúde e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina por sua aprovação com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Justiça, e com a Emenda nº 3, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 2, da mesma Comissão, na forma da Subemenda nº 1, que apresenta, e com a Emenda nº 4, que apresenta; opina, ainda, pela rejeição da Emenda nº 3, apresentada pela Comissão de Administração Pública.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.105/2000, do Deputado Adelmo Carneiro Leão, que dispõe sobre a habilitação de estabelecimentos destinados à produção ou manipulação de alimentos destinados à venda no comércio, elaborados no Estado por produtores artesanais ou de agricultura familiar, filiados a uma associação ou cooperativa.

A Comissão de Política Agropecuária opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno, com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 89ª reunião ordinária da comissão de Constituição e Justiça, a realizar-se às 10 horas do dia 27/11/2001

### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.833/2001, do Deputado Ivair Nogueira; 101/99, do Deputado José Henrique; 107/99 e 1.858/2001 do Deputado Mauri Torres; 199/99, do Deputado Doutor Viana; 214/99, do Deputado Wanderley Ávila; 552/99, do Deputado Antônio Genaro; 676/99, do Deputado Ivo José; 690/99, da Deputada Maria Olívia; 804/2000, do Deputado Rogério Correia; 1.205/2000, do Deputado Alencar da Silveira Júnior; 1.234/2000, do Deputado Sargento Rodrigues; 1.407/2001, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 1.453/2001, do Deputado Dimas Rodrigues; 1.639/2001, do Deputado Bilac Pinto; 1.679/2001, do Deputado Arlen Santiago; 1.684/2001, do Deputado Sebastião Navarro Vieira; 1.755/2001, do Deputado Paulo Piau; 1.742 e 1.830/2001 do Deputado Arlen Santiago; 1.773/2001, do Deputado Paulo Pettersen; 1.717/2001, do Deputado Ivair Nogueira; 1.784/2001, do Deputado Dilzon Melo; 1.809/2001, do Deputado João Paulo; 1.823/2001, do Deputado Olinto Godinho; 1.844/2001, da Deputada Maria José Hauelsen.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 56/99 e 1.845/2001, do Deputado Sebastião Navarro Vieira; 205/99, do Deputado Fábio Avelar; 710/99 e 1.851/2001, do Deputado Márcio Cunha; 871/2000, do Deputado Arlen Santiago; 1.102/2000 e 1.824/2001, do Deputado Ivair Nogueira; 1.441/2001, do Deputado Antônio Andrade; 1.674/2001, do Deputado Alberto Bejani; 1.714 e 1.855/2001, do Deputado Cristiano Canêdo; 1.716/2001, da Deputada Elaine Matozinhos; 1.805/2001, do Deputado José Henrique; 1.814/2001, do Deputado Antônio Genaro; 1.827, 1.828, 1.835, 1.836, 1.848 e 1.849/2001, do Governador do Estado; 1.839 e 1.840/2001, do Deputado Paulo Piau; 1.841/2001, do Deputado Geraldo Rezende; 1.842/2001, do Deputado Luiz Menezes; 1.846/2001, do Deputado Dimas Rodrigues; 1.847/2001, do Deputado João Leite; 1.850/2001, do Deputado Hely Tarquínio; 1.852/2001, do Deputado Antônio Andrade; 1.856/2001, do Deputado Carlos Pimenta; 1.857/2001, da Deputada Maria Olívia; 1.861/2001, do Deputado Mauri Torres.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 80ª reunião ordinária da comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, a realizar-se às 15 horas do dia 27/11/2001

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 2.818/2001, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 8ª reunião ordinária da Comissão Especial do Esporte, a realizar-se às 9h30min do dia 28/11/2001

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: iscutir o convênio firmado entre a UFMG e o Mineirão.

Convidados: Srs. Francisco César de Sá Barreto, Reitor da UFMG; Ronaldo Tadeu Pena, Pro-Reitor de Planejamento da UFMG; Gil César Moreira de Abreu, Engenheiro Civil e Construtor do Mineirão; Flávio Modenesi, Presidente da ADEMG.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 81ª reunião ordinária da comissão de Defesa do Consumidor, a realizar-se às 10 horas do dia 28/11/2001

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.720/2001, do Deputado João Paulo.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 79ª reunião ordinária da comissão de Administração Pública, a realizar-se às 14h30min do dia 28/11/2001

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.422/2001, do Governador do Estado; 1.501/2001, do Deputado Mauro Lobo; 1.759/2001, do Governador do Estado; Projeto de Lei Complementar nº 42/2001, do Deputado Durval Ângelo; Projeto de Resolução nº 1.794/2001, da CPI da Saúde.

No 2º turno: Projeto de Lei nº 819/2000, das Deputadas Maria Tereza Lara e Elaine Matozinhos.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 2.833/2001, do Deputado Antônio Carlos Andrada; 2.834/2001, do Deputado Geraldo Rezende; 2.835/2001, do Deputado Sávio Souza Cruz.

Finalidade: ouvir convidados para subsidiar a elaboração do parecer sobre o Projeto de Lei nº 1.774/2001, que estrutura os Quadros Especiais de Pessoal da administração pública estadual, autárquica e fundacional, das instituições que menciona, e dá outras providências.

Convidados: Sr. Daison Olzany Silva e Sra. Maria José Oliveira, Presidente e representante dos servidores da FAPEMIG, respectivamente; Sras. Magdala Alencar Teixeira e Patrícia Faleiro Pimentel, Presidente e representante dos servidores do CETEC, respectivamente; Sr. Frederico Leite Nascif e Sra. Auxiliadora Maria Moura Santi, Gerente de Recursos Humanos e representante dos servidores da FEAM, respectivamente; Sra. Mirna Dayrell Xavier Segantini e Sr. Davidson Lopes de Figueiredo, Diretora de Administração e Finanças e representante dos servidores da Fundação João Pinheiro, respectivamente; Sr. David Márcio Santos Rodrigues e Sra. Maria Elizabeth Leite Quintão Torres, Diretor-Geral e representante dos servidores do IGA, respectivamente; Sr. Tarcísio de Campos Ribeiro e Sra. Raquel Joane Rodrigues, Superintendente-Geral e representante dos servidores da FUNED, respectivamente.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 84ª reunião ordinária da comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, a realizar-se às 14h30min do dia 28/11/2001

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: obter esclarecimentos sobre os motivos que levaram o DNER a proceder novamente à licitação das obras de duplicação da BR-040 e da supervisão e do controle dessas obras.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 2.820 e 2.851/2001, do Deputado Agostinho Patrús.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 78ª reunião ordinária da comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, a realizar-se às 14h30min do dia 28/11/2001

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 73ª reunião ordinária da comissão de Saúde, a realizar-se às 9h30min do dia 29/11/2001

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.767/2001, do Deputado João Batista de Oliveira.

Finalidade: reunir com convidados para prestar esclarecimentos sobre o Programa de Residência Médica do Hospital da Santa Casa.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 2ª reunião ordinária da comissão de Comissão Especial da Prostituição Infantil, a realizar-se às 10 horas do dia 29/11/2001

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: debater, com diversos convidados, a situação da prostituição infantil no Estado, em especial no norte de Minas.

Convidados: Srs. José Francisco da Silva, Secretário Adjunto de Direitos Humanos; Gilvan Alves Costa, da Promotoria Especial de Crimes Praticados por Prefeitos; Ronald Albergaria, Coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça, da Infância e Juventude;

José Raimundo da Silva Lippi, membro do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente; Bernadete Dutra Santos, Diretora do Centro de Referência da SETASCAD; Antônio Coquito, Assessor de Advocacy da Visão Mundial; Rosilene Miranda Barroso da Cruz, Psicóloga Judicial do Juizado da Infância e da Juventude; Ângela Maria Dias Nogueira de Souza, Pedagoga do Núcleo de Atendimento às Vítimas de Crimes Violentos.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 1ª reunião ordinária da CPI DA MINERAÇÃO MORRO VELHO, a realizar-se às 10 horas do dia 29/11/2001

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: tratar de assuntos de interesse da Comissão.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Agostinho Silveira, Dilzon Melo, Eduardo Hermeto, Ermano Batista, Márcio Kangussu e Sávio Souza Cruz, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 27/11/2001, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de debater com convidados a implementação do Tribunal de Arbitragem de Minas Gerais.

Sala das Comissões, 26 de novembro de 2001.

Geraldo Rezende, Presidente.

## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### ATO DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 7/11/2001, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, 1.576, de 15/12/98, e 1.993, de 20/2/2001, observada a estrutura estabelecida pela Deliberação da Mesa nº 2.111, de 2001, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão e de recrutamento amplo, conforme abaixo discriminado:

Gabinete do Deputado Wanderley Ávila

nomeando Marlon César Martins para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas.

### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 69/2001

TOMADA DE PREÇOS Nº 18/2001

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, no dia 12/12/2001, às 9 horas, na Rua Rodrigues Caldas, 79, 14º andar, Bairro Santo Agostinho, na sala de reuniões da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio, a abertura dos envelopes da Tomada de Preços nº 18/2001, do tipo "menor preço", destinada à aquisição de diversos equipamentos e materiais de áudio e vídeo.

O edital poderá ser adquirido no endereço acima mencionado, mediante pagamento da importância não-reembolsável de R\$1,40.

Belo Horizonte, 26 de novembro de 2001.

João Franco Filho, Diretor-Geral.